RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano IV, v.1, n.1, jan./ jul. 2024. | submissão: 10/10/2024 | aceito: 12/10/2024 | publicação:14/10/2024

ASSOCIAÇÕES ENTRE ARTE, PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO

ASSOCIATIONS BETWEEN ART, CULTURAL HERITAGE, AND HERITAGE EDUCATION IN TEACHING

Katiúscia Lima Badaró da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;
Mary Weinstein – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

RESUMO
Este artigo explora as conexões entre arte, patrimônio cultural e educação patrimonial no contexto do Ensino Básico. A proposta baseia-se na valorização do ensino de artes aliado à preservação do patrimônio cultural, buscando integrar o conhecimento artístico à compreensão da importância histórica e cultural dos bens materiais e imateriais. A educação patrimonial é apresentada como um recurso essencial para a formação cidadã e para o reconhecimento e valorização das heranças culturais, promovendo uma reflexão crítica e ativa dos estudantes sobre o mundo ao seu redor.
Palavras-chave: arte, patrimônio cultural, educação patrimonial, ensino básico, cidadania, preservação cultural.

ABSTRACT
This article explores the connections between art, cultural heritage, and heritage education within the context of Basic Education. The proposal emphasizes the importance of teaching art alongside the preservation of cultural heritage, aiming to integrate artistic knowledge with an understanding of the historical and cultural significance of tangible and intangible assets. Heritage education is presented as a key tool for citizenship education, fostering critical and active reflection by students on their surroundings and the cultural legacies that shape their identity.
Keywords: art, cultural heritage, heritage education, basic education, citizenship, cultural preservation.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural pode se situar em diversos níveis do ensino e ter relação próxima com a disciplina de artes. Há desafios na condução da efetivação das práticas educacionais no campo do patrimônio, considerando-se, também, a variedade de especificidades concernentes a cada região e comunidade em que se encontra. Ao compreender o patrimônio e suas possibilidades na educação e com cada lugar em que está presente, pensamos na educação patrimonial, na sala de aula, como uma experiência abrangente, e, em última instância, capaz de manter o patrimônio cultural vivo e presente no universo escolar, assim como na sociedade, contribuindo com o seu reconhecimento e valorização. Vislumbra-se, aqui, a sua proteção e conservação, e a estruturação de entendimentos afins, para o sujeito em formação.

A arte na educação, por muito tempo, foi tratada como entretenimento, como uma disciplina menor ou menos importante que as demais. "O ensino da arte pela comunidade escolar se pauta na ideia de arte não ser importante, de ela ser vista como adereço na escola" (Araújo, 2007, p. 12). Quase sempre expressa com o auxílio de atividades e metodologias associadas à música, ao desenho, à dança, à poesia, o conteúdo da disciplina pode incluir também o patrimônio cultural, conforme a percepção da cultura, que se produz e que se constitui mediante processos específicos de reconhecimento (Fava; Martins; Lara, 2017).

A proposta que formulamos é a da discussão na perspectiva do ensino e aprendizagem da arte na escola, com inclusão da construção do entendimento sobre patrimônio cultural. Isso surge com a vontade de realçar esses conteúdos, incentivando e valorizando o estudo da arte, também, em seu papel na preservação do patrimônio cultural. Como defendem Freire (1987) e Ana Mae Barbosa (2003), de início, é preciso considerar uma educação que não prescinde do diálogo e da abordagem problematizadora, na qual não se silenciem professores, nem estudantes. Nos referimos à imprescindibilidade da reflexão sobre patrimônio cultural no cotidiano do ensino e aprendizagem.

2. MARCO TEÓRICO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

O processo formativo deve ser baseado na realidade e no contexto dos estudantes, envolvendo a problematização, o debate e a reflexão sobre os conteúdos e situações do cotidiano em que vivem. Na educação, Freire (1981) é como um alicerce para quem busca fomentar o pensamento reflexivo, crítico e libertador, e, sobretudo transformador de realidades e do mundo. Os alunos teriam que ser capacitados a elaborar suas próprias ideias, e a escola teria que proporcionar um ambiente acolhedor para que todos pudessem expressar suas culturas, opiniões, e seguir construindo o saber. A partir disso, são proporcionadas as condições de "dizer a palavra, em um sentido verdadeiro e exercer o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar" (Freire, 1981, p. 40). A cultura local é referência nos processos de ensino e aprendizagem, e a escola é o espaço em que experiências são criadas, orientando o indivíduo ao longo de sua jornada e desempenhando um papel crucial em sua formação. O patrimônio cultural entra na idealização deste tipo de educação porque permite o encontro com a existência das diversas formas de pensar e ocupar o espaço no processo formativo, que está no cotidiano, e no Ensino Básico, do sujeito em formação.

Porque o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e a consagração daquilo que é comum a um determinado grupo social no tempo e no espaço, Choay (2001) define:

> Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos (Choay, 2001, p. 11).

Esse entendimento realça a importância de reconhecer e de celebrar a cultura e a história intrínsecas às diversas expressões humanas. Se o patrimônio cultural é entendido como um bem, acumulado ao longo do tempo, outros pontos podem ser debatidos como o equilíbrio da universalidade com a preservação das importâncias locais, assim como os critérios de seleção e representatividade que permitem a identificação do patrimônio, a integração de elementos contemporâneos, os desafios da apropriação cultural e, até a busca por um equilíbrio na conservação, preservação e acesso público. Essas questões servem para promover uma reflexão sobre as complexidades concernentes à preservação do patrimônio para todos.

O patrimônio cultural não se limita apenas a construções ou objetos isolados. Abrange um espectro amplo de expressões, o conhecimento acumulado e os produtos gerados ao longo do tempo[3]. Ao compreender o patrimônio dessa forma, é possível perceber sua relevância como um modo de preservar e transmitir memórias individuais e coletivas em uma comunidade. A memória coletiva é um conceito que se refere à forma como grupos de pessoas compartilham e preservam informações, experiências e tradições ao longo do tempo. Nora (1984), em sua obra *Entre Memória e História: A Questão dos Lugares*, discute como os lugares e os espaços físicos estão ligados à memória coletiva.

A compreensão sobre o termo patrimônio cultural está ligada às representações, isto é, à ideia que se tem dos objetos, dos saberes e dos fazeres que foram sendo criados e reproduzidos socialmente ao longo do tempo, considerando- se, também, os locais em que esse conjunto de fatores se reproduz. Funari e Pellegrini (2009, p. 8) relembram como as pessoas sempre se recordam dos bens que foram transmitimos aos seus herdeiros, e que esses bens podem ser materiais, como uma casa ou uma joia, com valor monetário determinado pelo mercado, assim como os bens imateriais podem ter também valias igualmente importantes.

> Esses bens não necessariamente precisam ser de alto valor, podendo se apresentar como materiais com pouco valor comercial, mas de grande significado emocional. Em geral, denominamos de Patrimônio Cultural o conjunto de valores e bens herdados da nossa família e vivências diárias. As heranças de nossos antepassados que são transmitidas de geração em geração, se constituem como um legado que os que nos antecederam deixaram para nós e que daremos continuidade, reconhecidas como nossas referências identitárias (Funari; Pellegrini, 2009, p. 8).

Na vida pessoal, aquilo a que se atribui valor se torna um bem – algo que se

[3] Ver Inventários Participativos, Iphan, 2016. acesso em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

busca manter e preservar. De acordo com (IPHAN, 2011) Ao falarmos do nosso patrimônio cultural, nos referimos ao conjunto de bens que constituem a nossa cultura, algo que nos enriquece enquanto povo. No entanto, também é necessário compreender que o significado de patrimônio cultural é muito mais extenso do que se imagina, e seria extremamente simplório resumi-lo às referências pessoais de cada um. O tema pode se conectar a outros tópicos e ser estendido, com a possibilidade de produzir ainda mais sentidos e conhecimentos.

O Patrimônio Cultural se associa à arte, mas também à memória, arquitetura, meio ambiente, cidades, comunicação, dentre outros. É importante citar, também, as imaterialidades, visto que estas estão interligadas às individualidades, sejam de um grupo ou de um povo. Pode-se falar, ainda, sobre os modos de fazer, criar, viver e sobre manifestações culturais em geral, conceitos que são frequentemente explorados pela antropologia, etnologia, sociologia e nos embates sobre a preservação do patrimônio cultural. A preservação dos bens que se constituem como patrimônio cultural busca proteger a memória, reconhecendo a importância do contexto e das relações sociais presentes em qualquer ambiente. Proteger é impedir que as intempéries e o próprio homem contribuam para o perecimento do que é história, memória e beleza. O interesse pela preservação do patrimônio também precisa fazer parte da cultura e, se não brotar espontaneamente, ou mesmo que brote, dependerá da educação (Souza, 2011). E é aqui que nos situamos.

Infelizmente, é predominante na sociedade contemporânea desprezar as construções antigas, considerando-as fora de moda e ultrapassadas, e defender as demolições em prol da construção de edifícios modernos e ousados que supostamente contribuem para o desenvolvimento da cidade – situação, esta, vista todos os dias nos noticiários. Esse tipo de entendimento entra em conflito com a ideia de preservação e de valorização do patrimônio como um bem a ser protegido. Observa-se, muitas vezes, que, por motivos meramente comerciais, prefere-se demolir o velho por considerá-lo impróprio, substituindo-o pelo novo, pelo mais contemporâneo e atual, para que sejam feitas adequações às necessidades da vida moderna. Sobre isso, Fonseca (1997) argumenta que é importante:

> Objetivar não apenas a proteção de bens, mas abarcar todo o universo que constitui a preservação patrimonial, incluindo-se os critérios de seleção de bens, as razões que justifiquem a proteção e os diversos atores envolvidos, tais como a sociedade e os representantes do Estado: [...] É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; [...] (Fonseca, 1997, p. 36).

É possível observar que o Brasil reconhece a magnitude do patrimônio cultural e histórico que tem, em sua legislação, porque esta evidencia a necessidade de proteção e valorização[4]. Inegavelmente, há desafios a serem enfrentados no fortalecimento da relação entre a educação e o patrimônio no país, inclusive no que se refere ao que já foi oficialmente classificado. Até porque, apesar da proteção legal, parte significativa do patrimônio cultural brasileiro está se perdendo por falta de conservação e preservação. A tendência de substituir o antigo pelo novo é uma prática comum em muitos países, e não é diferente no Brasil.

Em muitas cidades, o crescimento urbano ocorreu de forma desordenada e rápida, muitas vezes resultando na demolição de edifícios que dão lugar a novos empreendimentos. A falta de planejamento urbano contribui para que essa situação se agrave. Há situações na Bahia, por exemplo, em que o patrimônio histórico é ameaçado ou destruído por causa da especulação imobiliária, evidenciando a necessidade de proteção e valorização do patrimônio edificado. Se a chamada "revitalização" do Pelourinho começou com o Programa de Recuperação do Centro Histórico em 1992, tal iniciativa trouxe a reboque uma forte e decisiva gentrificação, resultando posteriormente em um retorno ao abandono. Em Salvador, muitos casarões e edifícios antigos estão em situação de abandono em decorrência da falta de políticas públicas de conservação e preservação do patrimônio. No Corredor da Vitória, 12 imóveis foram tombados entre 2003 e 2004, apenas, sem que o tombamento definitivo fosse homologado, muito em decorrência da manifestação de empresários do setor imobiliário. Esses são alguns exemplos de situações que ilustram os desafios enfrentados, com o agravante de que a especulação imobiliária, muitas vezes, define os rumos urbanísticos das cidades.

Choay (2011) explica que o patrimônio podem ser as edificações antigas e as belezas, bem como os produtos e saberes de uma comunidade. Comumente, quando

[4] Ver a Constituição Federal de 1988, o Decreto-lei nº 25/37 e tantas outras lei de proteção ao patrimô-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

nio se fala em patrimônio, logo se pensa em museus e coisas antigas, embora seja, de fato, muito mais que antiguidades e espaços museais.Dessa forma, é evidente a relevância de o patrimônio cultural ser preservado, protegido e conservado. Para isso, a educação patrimonial precisa fazer parte do processo formativo no Ensino Básico, estágio em que o conhecimento e o reconhecimento ao patrimônio e às culturas podem ser promovidos, inclusive com base nas BNCCs .

Segundo Choay (2001), o patrimônio se relaciona com os vínculos e estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, presente no espaço e no tempo. A autora revisita o significado e o uso contemporâneo da palavra, que

anteriormente era restrita e se referia ao âmbito material e privado:

> A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos, que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas de belas artes e das artes aplicadas, e produtos de todos os saberes e savoir- faire dos seres humanos (Choay, 2011, p. 11).

Nora (1993) entende que os lugares de memória são constituídos de experiências, saberes e conhecimentos que são propícios a interferências. Assim, são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos. A escola é um lugar de memória, visto que serve para realização dos estudos ao mesmo tempo em que é um lugar de vivências. Para que a escola seja esse lugar de memória, Nora (1993) destaca que é imprescindível que se constitua como um lugar material, simbólico e funcional simultaneamente. Outrossim, trazendo a discussão para o âmbito do patrimônio cultural e para o lugar de memória, é necessário compreender que, desde criança, os indivíduos precisam aprender sobre e reconhecer a própria cidade, bairro, rua, escola e outros locais como lugar de memória.

Franco (2019, p. 5) explica que a educação patrimonial tem como objetivo que os estudantes vejam o patrimônio cultural em sua rua, seu bairro, sua cidade e sua região. Para que a memória seja construída, é imprescindível que haja uma conexão com o lugar de origem, ao qual são pertencentes e ao qual as pessoas se identificam, reconhecendo a necessidade de laços sociais e afetivos com seus pares. Em suma, a conexão com o lugar de onde vieram e com sua própria comunidade desempenha um papel fundamental na vida dos sujeitos, na preservação da memória cultural e na promoção do seu bem-estar emocional; essas conexões oferecem apoio emocional, amizades significativas e uma rede de segurança. Os laços sociais e culturais ajudam a entender quem somos e nos proporcionam a sensação de pertencimento. Não existe uma fórmula para a manutenção da memória, mas é importante entender que existe um caminho a percorrer, explorar, apresentar, registrar, preservar e passá-las adiante. Em tempos de necropolítica (Mbembe, 2021), a preservação do patrimônio histórico é quase um heroísmo, porque requer que se protejam o que os massificadores pretendem que seja destruído. Resistindo à necropolítica, a escola pode atuar formando sujeitos que, futuramente, podem se tornar defensores do patrimônio cultural, devido ao conhecimento adquirido. Reflexões podem (e devem) ser levadas para a sala de aula, em especial, tendo em vista que é um caminho para

que as pessoas se reconheçam, preservem os seus valores, hábitos e costumes.

Para Freire (1996), o ensino não deve ser visto apenas como um processo de transmissão de conhecimentos, mas como uma relação de compartilhamento entre professor e aluno, em que ambos aprendem e ensinam. Freire é sinônimo da necessidade de uma educação crítica e emancipatória, que possibilite a formação de cidadãos comprometidos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade justa e igualitária (Fucks, 2021). Freire percebe a educação como instrumento de transformação social, permitindo que os indivíduos desenvolvam sua capacidade de pensar criticamente e de agir de forma consciente em suas comunidades.

> Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua e do outro lado, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação (Freire, 1996, p. 45).

Para que o patrimônio se faça presente no contexto de sala de aula, o próprio educador precisa se reconhecer partícipe (Freire, 1967). Os educadores devem abordar o patrimônio e a história a nível local, nacional e global, sem esquecer a importância do contexto de cada aluno. O que os jovens necessitam compreender sobre a identidade não é uma questão de pureza de sangue ou de espírito, mas, sim, de heterogeneidade e multiplicidade (Seixas, 2014). Horta, Grunberg e Monteiro (1999) mencionam a “alfabetização cultural”

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

como um recurso.

> A educação patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando- o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico- temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Explorar a Educação Patrimonial no currículo implica estudar e ampliar diversos espaços e estratégias na escola, realizando uma análise constante entre o cotidiano e os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)[5] e pela Base Nacional Comum Curricular (2017). No entanto, muitas vezes, a falta de investimentos, a escassez de recursos financeiros, a falta de compreensão social sobre a importância da cultura e a deficiência de políticas públicas contribuem para a fragilidade e a desvalorização da inclusão do patrimônio cultural como tema curricular, e consequentemente ficam afetadas as temáticas afins.

O patrimônio, até, mesmo, em ruínas, precisa ser conhecido, valorizado, mantido e estudado. Além disso, a fragilidade da abordagem efetiva da Educação Patrimonial nas escolas, que aborda a valorização e a compreensão do patrimônio como parte da identidade e da história do país, também compromete a sua conservação. Para mitigar esse problema, é essencial que a Educação Patrimonial exista e desempenhe um papel próprio no currículo e que este seja um dos objetivos centrais na formação do educando. Nesse sentido, há medidas legislativas engajadas:

> A educação patrimonial é uma ação que articula os saberes diferenciados no programa Mais Educação criado pelo Ministério da Educação e Cultura. Diante disso, as ações na escola unem o conhecimento oferecido pelo programa curricular com o conhecimento tradicional nas comunidades. A proposta da educação patrimonial na escola é envolver a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais e das pessoas que formam o patrimônio cultural, e que estão ao nosso lado **(IPHAN, 2020)**

Conforme Florência (2012), o IPHAN enfatiza a importância da construção do conhecimento e do debate, por meio do diálogo entre agentes culturais e sociais, e destaca a participação efetiva das comunidades. A autora aponta que uma variedade

[5] No Brasil, os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de orientar os educadores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina. Esses parâmetros abrangem tanto a rede pública, como a rede privada de ensino, conforme o nível de escolaridade dos alunos.

de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país:

> Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos, a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas de Estado na área. (Florência, 2012, p. 5).

Assim, é preciso considerar o patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, como um processo essencialmente fundamental para o processo educativo, já que o reconhecimento e a valorização dos espaços públicos e comunitários são fulcrais para o entendimento do sujeito sobre o lugar que ocupa física e socialmente e sobre ele, mesmo. O sujeito precisa se reconhecer, onde quer que esteja. A educação se associa a esse entendimento que reconhece o patrimônio cultural, considerando suas diversas contribuições, inclusive conceituais sobre o indivíduo e sobre o que ele produz. Freire (1967), por exemplo, não distancia a cultura, que inclui o patrimônio, da educação, quando reconhece todos os objetos materiais e imateriais como criação do sujeito e da coletividade:

> É cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor, de um grande místico, ou de um pensador. Que cultura é poesia dos poetas letrados de seu País, como também a poesia de seu cancioneiro popular. Que cultura é toda criação humana (Freire, 1967, p. 17).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A proposta de incluir o patrimônio cultural no processo formativo, de forma crítica e como base do entendimento proporcionado pelo que está posto como currículo, é consonante ao pensamento de Freire (1987). Ele vê a educação e a cultura de forma integrada na formação e, deste modo, sua teoria ancorada na dimensão cultural corrobora com a compreensão de que o conhecimento é uma construção mediada dialogicamente e com a interação dialética entre experiência da vida prática com a sistematização crítica. Certamente que a disciplina de artes desempenha um papel ao se colocar de frente para as expressões culturais na área, permitindo que estudantes se conectem com o patrimônio, despertando a própria sensibilidade, que contribui para o preciso engajamento.

Sabemos que o ensino de artes na escola no Brasil passou por várias

transformações. No início, no período colonial, a educação era voltada para a catequese e para a formação de mão de obra. As artes eram ensinadas nas escolas, com ênfase na arte sacra exposta nas igrejas e capelas. Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, houve um intercâmbio maior com o que se praticava nas artes e na educação na matriz cultural, a Europa da época. Nesse período, foi fundada a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), em 1826, que impulsionou o avanço das artes plásticas no Brasil. No início da República, houve uma modernização do ensino de artes, com a influência de movimentos artísticos europeus, como o modernismo. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), houve repressão à liberdade artística e ao ensino das artes. Com o fim da Ditadura Militar e a redemocratização do Brasil, na década de 1980, percebe-se o renascimento das artes e da educação artística nas escolas.

Nas últimas décadas, houve esforços para reformar os currículos escolares, incluindo o ensino de artes e demais disciplinas/oficinas de cunho artístico e cultural. Atualmente, a abordagem é interdisciplinar conforme as regras da **Base Nacional Comum Curricular** presente na Constituição Federal; assim, ela está integrada a outras áreas do conhecimento. Conforme Caldas (2017):

> [...] considerando-se a Arte como um campo de conhecimento específico, mas não isolado, notamos que, ao ser relacionada com outras disciplinas do currículo escolar, pode ampliar o conhecimento dos alunos. Assim sendo, o ensino interdisciplinar proporciona a oportunidade de desenvolver capacidades artísticas e estéticas relacionadas com outras áreas do conhecimento (Caldas; Hozier; Popi, 2017, p. 3).

Os autores destacam como a arte é dinâmica e como está conectada a várias áreas do conhecimento, funcionando como uma expressão que reflete dinâmica para a reflexão sobre a linguagem visual nas artes e na educação.

É importante estabelecer um ambiente propício à apreciação e à absorção da arte, como expressão. Esse espaço pode ser concebido de maneira interdisciplinar, inserido em uma abordagem de ensino contextualizada e participativa (Stabile, 1989). A presença da educação patrimonial nas escolas é uma possibilidade de acesso aos conhecimentos, e isso deve ser parte do processo formativo que também é uma orientação que pode levar à atitude de preservação das culturas.

No entanto, essa é uma visão que precisa ser debatida, pois o ensino da arte contribui para a valorização e preservação do patrimônio cultural, ao incentivar o conhecimento e a apreciação do patrimônio local e nacional, bem como o entendimento da história e das tradições que constituem uma sociedade. Cabe salientar que arte e patrimônio cultural são conceitos distintos, embora estejam interligados em certos contextos. Como dissemos, a arte refere-se à expressão criativa e estética que pode assumir diversas formas, como pintura, escultura, música, dança, dentre outras. Trata-se de manifestação da criatividade que busca explorar e transmitir emoções, ideias, conceitos, muitas vezes com o propósito de proporcionar uma experiência estética, sensorial e de vida.

O patrimônio cultural abrange um conjunto amplo de elementos que são herdados do passado ou produzidos no presente, e valorizados por sua importância histórica, cultural, arqueológica, arquitetônica ou social. Isso inclui não apenas obra de arte, mas também edificações, sítios arqueológicos, objetos intangíveis, práticas culturais e outros bens que são considerados parte de uma sociedade. Assim, enquanto a arte é uma expressão criativa que pode ser parte do patrimônio cultural, o patrimônio cultural transcende a arte e engloba uma gama mais ampla de elementos, que são significativos para a memória de uma comunidade.

A relação entre o patrimônio cultural e o ensino de arte pode reforçar a visão da arte como área de conhecimento, pois quando se tem a possibilidade de conhecer o próprio patrimônio, quando o sujeito se torna mais próximo da própria história, tem- se maior relação com o próprio contexto e cuidado com a preservação dos bens naturais, materiais e imateriais que se constituem como patrimônio. A arte é uma forma de transfor-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

mação social e não deveria ser vista como uma atividade isolada, mas, sim, como parte da vida cotidiana.

A arte-educação (Barbosa, 2003) busca criar um impacto sobre a educação por meio da arte, que amplia o alcance da educação pensando-se em um olhar para além das formas, aliando-se a ela a ética e a estética, ajudando, assim, a contextualizar e valorizar o ensino. Barbosa (2003, p. 3) defende a ideia do "vínculo entre arte e educação, pois a arte na educação é um instrumento para a identificação cultural e o seu desenvolvimento, a partir da expressão individual e cultural", o que significa pensar no sujeito em sua integridade. Barbosa (2003) explica que a arte-educação, entendida como disciplina, valoriza a construção e a elaboração, enfatiza a cognição em relação à emoção e procura acrescentar a dimensão do fazer artístico à possibilidade de acesso e compreensão. No entanto, é imprescindível buscar transformação e adotar caminhos de uma *escola libertadora*, na qual os educadores se engajem em uma formação continuada. Isso permitirá aperfeiçoar a formação do professor responsável pela disciplina de artes, reconhecendo que esta não tem como objetivo apenas atrair a atenção ou a elaborar conhecimentos, mas, sim, a formação integrada a um sistema de conhecimento do mundo. Para a autora, as artes possibilitam o desenvolvimento da percepção e da imaginação, bem como o aprendizado acerca da realidade percebida e a capacidade de analisá-la, levando em conta as suas transformações. Por meio da arte, os alunos são encorajados a se desenvolverem integralmente e a explorarem sua individualidade, conectando-se com a própria expressão e com o entendimento do mundo ao seu redor. Ferraz e Fusari (2009) dizem que:

> Ao fazer e perceber a arte com autonomia e criticidade, ao desenvolvimento do senso estético e à interação dos indivíduos no ambiente social/ tecnológico/ cultural, preparando-os para um mundo em transformação e para serem sujeitos no processo histórico (Ferraz; Fusari, 2009, p. 57)

A elaboração de Barbosa (2003) em sua proposta triangular do ensino de artes na escola consiste em três abordagens para a construção de conhecimentos: apreciação artística (saber ler uma obra de arte); contextualização histórica (conhecer a sua contextualização histórica) e fazer artístico (fazer arte). A proposta de Barbosa (1982) oferece subsídios relevantes para os educadores atuarem no ensino da arte nas escolas brasileiras contemporâneas, valorizando a transdisciplinaridade da arte e buscando conscientizar alunos e demais envolvidos na área educacional sobre a extrema importância da arte no processo de formação. A proposta, segundo a autora, era a formação de "um currículo que interliga o fazer artístico, a História da Arte e a análise da obra de arte" (Barbosa, 2005, p. 35), pois "o conhecimento em Artes se dá na interseção da experimentação, da decodificação e da informação" (Barbosa, 2005, p. 32). Na concepção de Barbosa (2003):

> A Arte na Educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual. Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada (2003, p. 18).

Por esse motivo, a arte é fundamental para a formação do sujeito, ela não pode ser vista como algo prescindível, mas como uma disciplina legítima e independente das outras, no processo formativo do Ensino Básico. As escolas precisam entender o ensino da disciplina de artes como parte fundamental do currículo educacional, permitindo que os alunos tenham acesso a um conhecimento que pode influenciar sua formação. Por isso, Barbosa (1982, p. 121) afirma que a ignorância e a indiferença "pelas necessidades reais e pelo estágio cultural do povo, junto com o desrespeito e desinteresse pelas experiências estéticas anteriores tidas e trazidas pelos próprios estudantes, desde o século XIX", podem ser consideradas o principal fator causador da ineficiência no ensino dessa disciplina nas escolas públicas do país.

Entre os objetivos gerais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (1997) para o Ensino Fundamental estão o conhecimento e a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, posicionando-se contra qualquer tipo de discriminação; a contribuição para a melhoria do meio ambiente e a percepção como ser integrante, dependente e agente transformador desse meio. Ademais, os PCNs propõem "o desenvolvimento do conhecimento de si mesmo, buscando a inserção pessoal e o exercício da cidadania" a utilização das diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produção, expressão e comunicação de ideias na interpretação e fruição dos diferentes produtos culturais" (1997, p. 12).

Assim, como parte fundamental desse processo, temos os professores de artes, que são agentes sociais,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

culturais e políticos, que promovem a oportunidade de ampliar o entendimento para garantir a efetivação de uma cidadania ativa e participante, envolvendo as práticas artísticas e que, por isso, precisam abordar seus conteúdos e práticas de forma a levar seus alunos a refletirem na atualidade. Vygotsky (2003, p. 79) afirma que o professor desempenha um papel ativo no processo de educação, modelando, cortando, dividindo e entalhando os elementos do meio, para que eles realizem o objetivo buscado". A partir disso, será possível estimular a criatividade natural do aluno, na qual a produção artística o leve a questionar, a desenvolver seu espírito crítico, gerando novas experiências com diferentes situações e, além disso, reconhecer as origens do povo brasileiro e sua cultura.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e a docência libertadora envolvem assegurar a participação ativa e crítica dos sujeitos, assim como o ato de ensinar-lhes. Portanto, estudar patrimônio cultural, valendo-se da educação patrimonial, no âmbito do ensino de arte, é uma possibilidade que traz subsídios para uma reflexão sobre a importância de se conhecer e preservar o patrimônio, para a construção de uma consciência, para o fortalecimento de laços sociais e de pertencimento. No contexto do ensino de arte e especificamente na abordagem de Ana Mae Barbosa (2003), a relação entre patrimônio e artes ganha relevância na medida em que ela propõe uma abordagem que engloba o fazer artístico, a leitura de imagens e a história da arte, que também se referem ao que se valoriza como patrimônio. Não há incoerência entre o que se entende por patrimônio cultural e a proposta pedagógica da autora, pelo contrário, porque a relação contribui para a valorização do patrimônio como questão, promovendo uma compreensão profunda e incentivando a apropriação da cultura, a partir da própria experiência formativa. A metodologia de Ana Mae Barbosa (2003), ao integrar a produção artística, a leitura de imagem e a contextualização histórica, contribui com um ambiente propício para a construção social do patrimônio.

É evidente que o ensino de arte e a educação patrimonial têm importância extrema na formação do sujeito. Ao estimular a criatividade, proporciona-se um ambiente de entendimento sobre as conexões necessárias, em os dois campos afins, e entre o questionamento e a análise crítica, gerando novas possibilidades de experiências relacionadas à cultura e ao contexto social. A abordagem pedagógica proposta por Ana Mae Barbosa, embasada em sua metodologia triangular, revela-se particularmente relevante nesse aspecto. Ao integrar o fazer artístico, a leitura de imagem e a contextualização da história, ela promove uma compreensão plena em relação à arte e incentiva o sujeito a se apropriar culturalmente do que já é seu. Concluímos, a partir desse estudo, que a educação patrimonial, por meio do ensino da arte, contribui, afinal, para a preservação do patrimônio cultural e para o respeito em relação à diversidade de culturas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. 1982. **Recorte e Colagem: influência de John Dewey no ensino da arte no Brasil.** São Paulo: Autores Associados; Cortez. 136 pg.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos**. Arte-educação no Brasil.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos**. Inquietações e mudanças no ensino da arte.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del0025.htm. Acesso em: 09 jan 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jan 2023.
BRASIL. **Guia digital - PNLD**. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

-do-livro/PNLD/guia-do- PNL D/item/13410-guia-PNLD-2020. Acesso em: 9 jan 2023.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio. Capítulo VI.** São Paulo, UNESPG. 2001, ppg.205- 258.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate.** Belo Horizonte, Fino traço, 2011.

FAVA, Inaiá L; MARTINS, Patrícia.Camila.S; LARA, CBQ. **Educação Patrimonial: Estudo de Caso em uma Escola Municipal de Dourados/MS (2017).** Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3526.pdf . Acesso em: 25 mai 2023.

FERRAZ, Maria Heloisa Correa de Toledo.; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende.
Arte na Educação Escolar. São Paulo: Cortez, 2009.

FLORÊNCIO, Sônia Raipim. CLEROT, Pedro. BEZERRA, Juliana. RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos - IPHAN,** 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicação/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 9 abr 2023.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local: concepções e perspectivas pedagógicas.** Curitiba: Editora CRV, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra LTDA, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 25ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

FUNARI, Pedro Paulo; PELLEGRINI, Sandra C. **Patrimônio Histórico e Cultural.**
2.c. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial (org.)**. Brasília, DF: Iphan, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.p df . Acesso em: 21 abr 2024.

IPHAN, **Educação Patrimonial no Programa Mais Educação**. Brasil, p. 10. 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Museu Imperial. 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. Editora N-1 Edições. 1ª ED. São Paulo, 2021

NORA. Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. *[S. l.]*, v. 10, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 1 março de 2024.

PINTO, Helena. **A educação patrimonial num mundo em mudança.** 2021. Dossiê Identidades, patrimônios e educação em perspectiva internacional: questões para o século XXI. educ. soc. 43. 2022. Universidade do Porto – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória" – Porto, Portugal. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361270279_a_educacao_patrimonia l_num_mundo_em_mu-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

danca. Acesso em: 10 mai 2024.

SEIXAS, Peter. **History and heritage: what's the difference? (História e Patrimônio: qual a diferença?). Canadian Issues/Thèmes Canadiens**, Montréal, pg. 12-16. 2014. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A7%3A26655383/detailv2?sid=ebsco%3 Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A110824116&crl=f

ZILLI, Gabriela. **A arte contemporânea como patrimônio cultural.** Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2017. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/cccss/2017/02/arte-cultura.html. Acesso em: 07 março 2024.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.